

Participação: Partilhando a Responsabilidade

Ana Carvalho (coord.)



"Guimarães noc noc"
© Marisa Cardoso

Acesso Cultura, Associação Cultural



Ficha técnica

Título: Participação: Partilhando a Responsabilidade

Coordenação: Ana Carvalho

Edição: Acesso Cultura, 2016

Revisão de texto: Maria Vlachou

Design: Rui Belo

ISBN: 978-989-20-6617-2

Notas: Os textos que constam nesta publicação são da exclusiva responsabilidade dos seus autores. Todos os textos seguem as regras da antiga ortografia.



Acesso Cultura, Associação Cultural

geral@acessocultura.org

www.acessocultura.org

Agradecimentos

Aos oradores e moderadores da conferência *Meu, Tu, Nosso. Modelos de Projectos Participativos* (12 de Outubro de 2015) que serviu de base a esta publicação: Ana Rita Antunes, Cláudia Almeida, Dóris Couto, Emanuel Sancho, Guilherme d'Oliveira Martins, Inês Fialho Brandão, Inês Rodrigues, Joana Rodrigues, José Paulo Francisco, Lorena Sancho Querol, Manuela d'Oliveira Martins, Maria Miguel Cardoso, Maria Vlachou, Marta Silva, Miguel Sobral Cid, Pedro Ferreira, Pedro Homem de Gouveia e Roberto Falanga. Aos autores que contribuíram com textos e imagens.

À Maria Vlachou, primeiramente pelo bom acolhimento da ideia de organizar esta publicação e, depois, pelo apoio durante a sua edição.

À direcção da Acesso Cultura.



Esta licença permite que faça o *download* deste trabalho e o compartilhe desde que sejam atribuídos os devidos créditos, mas sem que possa alterá-lo de nenhuma forma ou utilizá-los para fins comerciais.

Índice

1. Introdução: Perspectivas sobre Projectos Participativos nas Instituições Culturais	4
Parte I – Participação: Diversidade de Contextos e Perspectivas	17
2. Património, Herança e Memória	18
3. Da Democratização das Formas de Governação na Política à Partilha de Autoridade no Campo dos Museus e do Património	29
4. Paisagens da Ilha: Património, Museus e Sustentabilidade	45
5. A Exposição <i>Agô</i> : Relatos sobre uma Experiência de Curadoria Compartilhada	59
6. Marketing Cultural 2.0: A Participação dos Públicos na Estratégia de Comunicação Digital	72
Parte II – Ideias sobre Participação a Partir do Terreno	82
7. Dez Ideias Feitas sobre Participação	83
8. Concertos Participativos com o Coro e Orquestra Gulbenkian	91
9. Centro de Memórias do Museu do Trabalho Michel Giacometti	95
10. Museu do Traje de São Brás de Alportel	103
11. Comédias do Minho	109
12. Guimarães noc noc	117
13. Arqueologia Participativa	124
Parte III – Consolidando Práticas de Participação	130
14. Roadside Theater, uma Companhia de Teatro para o Desenvolvimento Cultural de uma Comunidade: Entrevista com Jamie Haft	131
15. <i>Our Museum</i> , Promovendo a Mudança nos Museus: Entrevista com Piotr Bienkowski	141
Notas Biográficas dos Autores	151

3.

Da Democratização das Formas de Governação na Política à Partilha de Autoridade no Campo dos Museus e do Património

Ana Carvalho¹ e Roberto Falanga

A participação como “desafio de” e objectivo para a democratização

O conceito de participação parece remeter para uma ideia intuitiva e de fácil compreensão. Isto deve-se ao sucesso que o conceito, entre outros, tem tido ao longo das últimas décadas a nível internacional e, ao mesmo tempo, à promoção que agências governativas e para-governativas têm feito de conceitos afins à esfera participativa, como o de cidadania activa, inovação social, co-produção e, em alguns casos, também de inclusão dos sectores sociais mais marginalizados, pobres e em dificuldade socioeconómica (UNDESA 2007; OECD 2009).

Deduz-se que, ao aparentar uma certa imediação conceptual, na verdade a participação perspectiva uma grande complexidade sempre que direccionada para a tomada de decisões de domínio público. Objectivos, mecanismos e compromissos diversos constroem arenas de debate, de confrontação, de deliberação com actores políticos e sociais, formal ou informalmente organizados, que tornam a participação um campo de

1 Trabalho realizado no âmbito de UID/HIS/00057/2013 (POCI-01-0145-FEDER-007702) – FCT, COMPETE, FEDER, Portugal 2020.

estudo particularmente desafiante (Bobbio 2006; Cornwall 2008; Fishkin 2009; Falanga 2014b; Falanga 2015). Estes actores articulam necessidades e ambições a partir de contextos diferentes e com objectivos que necessariamente fundamentam e caracterizam práticas muito distintas de participação. Trata-se de uma variedade, por exemplo, de escala (os processos locais e micro-locais têm obviamente características distintas de processos a escalas mais amplas e por razões de proximidade costumam ser mais frequentes os primeiros), de actores (nem todos os processos prevêem a participação de toda a sociedade e isto tem a ver com os objectivos dos processos e com a forma pensada para os alcançar), e de poder de decisão (há processos que entregam cotas de poder definidas aos cidadãos e há outros que se concentram na construção de um diálogo com os mesmos).

O percurso da participação a nível global tem-se caracterizado por uma grande variedade de práticas, por sua vez ligadas a diferentes culturas sociopolíticas e, portanto, a anseios e desafios que dizem respeito às comunidades que as protagonizam (Falanga 2013).

A partir deste quadro, não se pode deixar de destacar como a participação tem desempenhado um papel muito relevante na Europa das últimas décadas, no que diz respeito ao debate em torno de “novos” desafios para a democracia. Um dos *leitmotive* deste debate tem-se centrado sobre os horizontes de uma sinergia saudável entre diferentes modelos de democracia. Noutros termos, a democracia representativa, quando tomada por si só como único paradigma de funcionamento dos sistemas sociopolíticos, tem, por vezes, acabado por desafeiçoar cidadãos e eleitores. O mero exercício da eleição de representantes é visto sempre mais como um recurso insuficiente para a vitalidade das nossas sociedades e dos seus governos. Apela-se, assim, para a integração de novos princípios e mecanismos que consigam aprimorar formas de governação e soluções eficazes. A par disto, a tendência para a redução da figura do cidadão na função de eleitor tem reforçado a necessidade para um debate sério

e inovador em torno das potencialidades da democracia participativa. Destaca-se, por fim, como a recente crise económica e financeira começada entre 2007 e 2008 tenha vindo a ameaçar e, por vezes, a abalar o sentimento colectivo de recíproca confiança entre cidadãos e instituições governativas e tenha criado, assim, um terreno ainda mais fértil para que este debate se apresente não apenas como uma necessidade, mas sim como uma urgência democrática (Falanga 2014a).

A promoção e, por vezes, o sucesso de novos mecanismos de participação pública têm ajudado à formação de pensamento crítico e de conhecimentos novos no seio das sociedades contemporâneas. Mas de onde vem esta “vaga participativa” que desde os anos 1990 tem ajudado a entender, olhar e falar de forma diferente acerca de novos processos de inclusão e exclusão social? Foi num contexto de forte crise do Estado que processos de participação da cidadania para decisões na esfera pública moveram os primeiros passos. A partir dos finais de 1980, na América Latina a participação conseguiu pôr ênfase em novos direitos da cidadania, nomeadamente na re-distribuição de recursos e de riquezas em prol dos sectores mais excluídos (Santos 2003). A crise do Estado no Brasil, juntamente com a necessidade de ultrapassar criticidades ligadas à pobreza difusa e à desigualdade social, bem como de redinamizar uma economia em crise, levou à experimentação de novos processos de participação. Perante a dificuldade de procurar uma pacificação imediata do conflito real ou potencial entre partes sociais e partes políticas, o envolvimento da cidadania visou promover mecanismos de deliberação no seio de uma esperada transparência governamental e difusa responsabilização do sistema de convivência. Em muitos casos, as arenas tornaram-se lugares para a formulação livre e partilhada de alternativas viáveis, eficazes e justas para o bem público. Não foi um mero acaso que a gestão orçamental participada tenha protagonizado esta primeira fase com os chamados – e hoje em dia bem conhecidos – orçamentos participativos (Allegretti e Herzberg 2004; Baiocchi 2005; Avritzer 2006).

A partir dos anos 1990, tanto dentro como fora do Brasil, o percurso histórico da participação tem-se caracterizado por uma variedade crescente de abordagens ligadas, como referido anteriormente, a diferentes culturas políticas e sociais. Cornwall (2001) traça uma interessante perspectiva de como a participação tenha mudado o seu peso político e social, em linha com a implementação de diversas filosofias de Estado Social que se têm subseguido após a Segunda Guerra Mundial. Isto quer dizer que não se pode ou deve encarar o fenómeno participativo sem se aperceber o contexto nacional e internacional de instalação destas práticas. A autora (*ibidem*) distingue três passagens históricas que caracterizaram o Ocidente e que tiveram um reflexo nas abordagens participativas, bem como nas formas de se referir aos cidadãos participantes. Dos “beneficiários” das políticas públicas nos anos 1970, cujo papel era visto como relativamente passivo face às decisões governamentais, passou-se para os “usuários” (visão do cidadão como consumidor) e os “promotores” auto-organizados de iniciativas participativas nos anos 1980 (cf. Freire 1996). Foi nos anos 1990 que se entrou na fase de uma certa domesticação da participação, com ênfase nos aspectos ligados à operacionalização, e que via os cidadãos como potenciais *stakeholders* do bem comum (cf. UNDP 1993; 1997). Entrou-se, enfim, na idade da chamada *new governance*, ou seja, da governação em rede, multi-actorial, de-territorializada e onde o poder de decisão fica relativamente disperso (De Gaulejac 2005). A partir da primeira década de 2000, verificou-se uma renovada ênfase na centralidade dos direitos e dos deveres dos cidadãos dentro de um contexto, sobretudo a partir de 2007, que tem cruzado uma crítica feroz ao sistema político e financeiro junto à necessidade difusa de maior transparência e prestação de contas por parte das autoridades governamentais.

O caminho da participação – breve ou longo conforme o ponto de vista do qual se observa – tem semeado iniciativas, esperanças, expectativas e possibilidades futuras em muitas áreas distintas de intervenção pública. Da saúde (como prestar melhores serviços aos cidadãos doentes?

Como construir estratégias de promoção da saúde mais eficazes?) à mobilidade e ao transporte (como melhorar as nossas cidades? Como garantir o equilíbrio entre as diversas almas do território?), passando pela qualidade vida (como resolver problemas que afectam a população em geral? Como tornar as medidas públicas mais sustentáveis?), pelo uso e gestão da água e da terra (como intervir mais eficazmente em questões de importância vital para as sociedades?), até aos direitos básicos da cidadania, como o direito à habitação, à educação e também à cultura (Fung 2006; Gaventa e Barret 2010). Esta variedade reflecte-se necessariamente na diversidade de actores chamados ao encontro, à confrontação, ao consenso, à deliberação e à decisão nas arenas pensadas e montadas para estes efeitos.

E neste contexto, qual é o papel de Portugal? É de realçar como o país tem desempenhado um papel de discreto relevo no cenário europeu. A promoção de vários processos participativos, sobretudo a nível local, tem criado uma situação particularmente interessante quanto aos actores promotores – nomeadamente autarquias, organizações sem fins lucrativos, centros de investigação junto à sociedade civil – e de temas em debate. O aprimoramento e a democratização dos processos de governação através da inclusão de novos actores sociais marcaram, a partir dos anos 2000 e de forma mais maciça desde 2007, uma viragem importante do “recém-nascido” regime democrático português, cujos 40 anos de vida viram crescer, entretanto, fenómenos de desafeição para com as instituições políticas, altas taxas de desemprego e de emigração (particularmente evidentes nos últimos anos em jovens entre os 25 e os 35 anos) e conjunturas infelizes com a crise económica e financeira (e as medidas de austeridade adoptadas em obediência aos pedidos do programa de resgate financeiro da Troika). A partir do princípio da democracia participativa, definido como um dos modelos de referência da actual Constituição, a difusão da participação em Portugal não pode, por fim, ser entendida sem tomar em conta o papel de algumas figuras políticas particularmente sensíveis ao tema, como foi o executivo da

Câmara Municipal de Lisboa liderado em 2007 por António Costa, actual primeiro-ministro, e outros actores políticos que, tanto na zona costeira como no interior do país, se têm empenhado na renovação “participativa” das agendas políticas autárquicas.

O entendimento dos novos fenómenos de participação dos cidadãos no que diz respeito às decisões de carácter público requer, portanto, um esforço contínuo e capaz de captar a complexa interacção de factores em jogo, uma perspectiva que ligue passado e presente à escala global dentro de coordenadas espaciotemporais bem definidas. Além disso, este entendimento pode e deve aproveitar as experiências desenvolvidas nos mais diversos âmbitos, entre os quais o campo dos museus e do património, como tratado nos próximos parágrafos.

Desafios à participação no campo dos museus e do património

Se no campo da democratização política se assiste a uma tendência que atesta a necessidade de se pensar novas formas de governação, o mesmo se pode dizer para o campo dos museus e do património.

Começemos pelos museus. A promoção da participação entendida como forma de alcançar um maior envolvimento de pessoas, grupos e comunidades nos museus enquadra-se num contexto mais alargado de democratização do acesso à cultura e de um entendimento sobre o papel social dos museus e da sua relevância na sociedade.

A história mais recente dos museus tem sido marcada por uma mudança de paradigma que assinala a transformação de uma instituição considerada elitista e exclusiva para uma instituição ao serviço de diferentes públicos e/ou comunidades (Anderson 2004). Actualmente, são vários os exemplos de museus que desenvolvem práticas numa perspectiva socialmente responsável e activa no contexto em que se inserem, assumindo o compromisso de se tornarem mais acessíveis, inclusivos

e participativos em resposta às necessidades e interesses de um leque diverso de públicos.

De onde vem, no caso dos museus, a “vaga participativa”? Na história da museologia, os antecedentes quanto à emergência da participação e envolvimento de grupos e comunidades recua à década de 1970. O protagonismo de movimentos como a *nova museologia*, liderado por profissionais de museus, desafiou os museus à auto-reflexão, a intervir mais na sociedade e a repensar fronteiras de actuação. Com origem em França, e depois com projecção internacional, o então movimento para uma nova museologia surgiu na defesa do papel social dos museus, da interdisciplinaridade, da valorização do património ao serviço do desenvolvimento local, implicando, por sua vez, o envolvimento dos grupos e/ou comunidades (Desvallées e Mairesse 2013). Foi nesse contexto que se emblematicizaram museus e experiências em diferentes geografias, como por exemplo: o Museu de Anacostia, em Washington (1967), a Casa del Museo, no México (1973), o Ecomuseu do Creusot, em França (1972), o Ecomuseu de Haute-Beauce, no Quebec (1978), entre outros. Nestas experiências reclamava-se uma alternativa ao museu tradicional, que se considerava estar demasiado centrado nas colecções e, de certo modo, de costas voltadas para a sociedade. Não se pode esquecer que este movimento foi coincidente com um período de crise, de forte contestação e consciência social no sentido de uma maior democratização da cultura, com repercussões nas décadas seguintes. Como esclarece Lorente (2003), a ideia de uma nova museologia não era casuística, atendendo a que surgiam outros movimentos contemporâneos como a *nouvelle histoire* de Braudel, o *nouveau roman* de Alain Robbe-Griller, e a *nouvelle vague* no cinema de Godard e Truffaut, no contexto da procura de novos modelos políticos, sociais e culturais. Com efeito, também se sentiu a influência deste e de outros movimentos de ideias que renovaram a museologia portuguesa nas décadas de 1970, 1980 e 1990 (cf. Camacho 1999; Filipe 2000). Note-se que em Portugal, em alguns círculos de profissionais, ainda hoje se reivindicam os princípios

que estiveram na génese da nova museologia, embora usando outras expressões e sentidos adaptados à realidade actual (Carvalho 2015).

Actualmente, a participação configura um aspecto promissor nas práticas museológicas, sendo considerada uma das grandes tendências no mundo dos museus (Mensch e Meijer-van Mensch 2011). Entendemos que o interesse que suscita tem ultrapassado em larga medida as experiências no domínio da nova museologia, no sentido da sua aplicação restrita a ecomuseus, museus de sociedade ou museus de comunidade. Neste sentido, a participação como processo poderá potencialmente ser aplicada a qualquer escala e tipologia de museu (Simon 2010). Isso fica claramente demonstrado com a aprovação da nova Recomendação Relativa à Protecção e Promoção dos Museus e das Colecções, da sua Diversidade e do seu Papel na Sociedade (UNESCO 2015). Este documento de abrangência internacional não só advoga a participação e o envolvimento de diferentes grupos e/ou comunidades no desenvolvimento das principais funções museológicas (preservação, investigação, educação e comunicação), como apela à criação de políticas inclusivas de captação e formação de novos públicos.

Esta reconfiguração das práticas museológicas aponta também para uma mudança de paradigma que pressupõe um papel distinto para os públicos. Se envolvidos num processo de participação, os públicos deixam de ser entendidos apenas como visitantes, enquanto consumidores passivos, para passarem a ser percebidos como co-criadores, o que significa que poderão assumir o papel de protagonistas no processo de criação, decisão e disseminação de novos discursos e práticas museológicas (Kreps 2009). Neste contexto, significa a passagem de um modelo assente no desenvolvimento do acesso, a partir do qual se promove a acessibilidade a um público mais alargado até aí excluído do usufruto de um património comum, para um modelo assente na inclusão cultural que reconhece aos indivíduos um papel na negociação e produção de conhecimentos (Bodo 2009). Trata-se da transformação do propósito

da actividade museológica, de algo que é planeado “para” um determinado público, grupo ou comunidade, para algo que é planeado “com”. Pretende-se, portanto, a partilha da autoridade e da responsabilidade.

A tendência para um maior envolvimento de públicos e/ou comunidades nas actividades museológicas pode tomar várias formas, seguir diferentes modelos e alcançar níveis de aprofundamento diversos. Pode aplicar-se a áreas de maior visibilidade da programação museológica (exposições), a áreas mais reservadas (colecções, documentação), à gestão de espaços, ou prolongar-se para a internet e para as redes sociais.

São várias as razões que levam os museus a estabelecer parcerias com outros actores e a envolver diferentes públicos e/ou comunidades nas várias frentes de trabalho. Desde logo, a importância de se manterem relevantes, de se afirmarem ao serviço da sociedade, de encontrarem a sua sustentabilidade social, económica e cultural.

Por outro lado, a constatação de que o discurso museológico não se resume a uma só voz, neutra e autoritária. Um discurso multivocal que introduza diferentes leituras, perspectivas e interpretações é, em teoria, mais próximo da realidade que se pretende representar, logo do visitante, diríamos nós. Verifica-se, assim, uma maior valorização dos saberes que estão fora do museu, residem nas pessoas, nos grupos e nas comunidades. Não significa que se deixe de valorizar o rigor do conhecimento científico, mas reconhece-se o valor de outros saberes empíricos para o enriquecimento do discurso, reconhece-se a sua complementaridade. Porém, não se trata apenas de uma questão de representação, mas também de melhor envolver, cativar. Não será ao acaso o facto de os museus começarem a apostar cada vez mais numa dimensão mais emotiva, que fica patente na construção de narrativas que incluem formatos mais biográficos, através do vídeo e de outros registos menos formais (Pearce 2013), mostrando a importância da individualização e de uma abordagem mais afectiva.

No campo das políticas do património, passos significativos têm sido dados no sentido de reconhecer a preservação do património cultural como um processo de responsabilidade partilhada, concertada e participada por um leque diverso de parceiros. Neste leque incluem-se as instituições ligadas ao património, mas também as ONG, o sector privado, os grupos e as comunidades, entre outros. No panorama internacional podem ser referidos pelo menos dois documentos que dão corpo a esta tendência e que foram desde logo ratificados e aprovados pelo Estado português: é o caso da Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial de 2003, da UNESCO, e da Convenção-Quadro do Conselho da Europa Relativa ao Valor do Património Cultural para a Sociedade, de 2005. A Convenção de 2003, em particular, tem tido um impacto significativo ao chamar a atenção para o envolvimento das comunidades e grupos nos processos de salvaguarda do património cultural imaterial. O desenvolvimento dos chamados inventários participativos tem sido, porventura, uma das consequências mais evidentes desta Convenção, ainda que por “participação” se subentenda, em muitos casos, apenas a mera consulta aos grupos e/ou comunidades, sem explorar níveis mais aprofundados de colaboração. Significa que se avançou na direcção de um novo modelo de gestão do património, mas a sua implementação constitui para muitos dos envolvidos uma novidade, sejam especialistas ou não-especialistas, o que traz uma complexidade acrescida do ponto de vista da sua exequibilidade nos moldes a que se propõe. Não obstante, em ambas as Convenções referidas não é perceptível uma definição do conceito de participação e em que moldes se pode concretizar. A ausência deste aprofundamento leva, na nossa opinião, a apropriações muito díspares e a mal entendidos acerca do envolvimento de grupos e/ou comunidades nestes processos.

Sobre a existência de diferentes modelos de participação, quer falemos de museus ou de património, vale a pena referir a proposta de Galla (2008), que identifica três modelos. O primeiro modelo, “Participação como consulta”, porventura o mais utilizado pelos museus e pelas

instituições ligadas ao património, consiste em atribuir aos grupos e/ou comunidades visadas o papel de informantes. No segundo modelo, “Participação como parceria estratégica”, os grupos e/ou comunidades colaboram em co-autoria com os profissionais na definição e na execução dos projectos. O terceiro modelo, “Participação como capacitação das comunidades”, assumidamente mais inclusivo, pretende que sejam os grupos e/ou comunidades que, mediante um processo de capacitação, tomem a iniciativa, o controlo e a execução dos projectos.

Embora se considere a participação uma tendência, como já referimos, também é importante sublinhar que está longe de ser uma prática *mainstream* no mundo dos museus e no campo do património. Apesar dos argumentos favoráveis explicitados, é acima de tudo uma linha de acção promissora, que procura sair do campo da experimentação, mas, ainda assim, com um impacto residual quanto à forma como as organizações trabalham (Lynch 2015).

Em Portugal faltam-nos dados para melhor compreender o alcance de algumas das iniciativas que vão sendo desenvolvidas neste contexto, em parte devido à falta de uma avaliação mais sistemática e reflexiva acerca dos projectos. No Reino Unido, por exemplo, um estudo realizado a partir de um grupo de museus com experiência em projectos participativos também veio confirmar a ausência de processos auto-reflexivos (e que incluíssem todos os parceiros) que permitam a capitalização efectiva dos aspectos positivos e menos positivos na definição de programas subsequentes (Lynch 2015).

Entrando mais detalhadamente nas barreiras que têm contribuído para relegar os projectos participativos para um papel marginal nas práticas museológicas, socorremo-nos de algumas das conclusões a que chegou o programa *Our Museum: Communities and Museums as Active Partners* (Reino Unido). Este programa (2012-2016) tem apoiado o desenvolvimento de iniciativas em oito museus ingleses, de perfil diverso, com vista a um

maior enfoque no envolvimento activo de pessoas de fora destes museus na formulação e execução de actividades, tendo implícito um processo de partilha de decisão e de poder entre os envolvidos. Este programa reconhece à partida que um dos problemas consiste no confinamento dos projectos participativos a situações de natureza pontual e a financiamentos de curta duração, e, como tal, levando a um impacto reduzido nas organizações. Todavia, a resposta encontrada pelo *Our Museum* no sentido de tornar a participação um elemento estratégico das organizações reside na implementação de iniciativas que visam mudar a forma como os museus e os profissionais operam. É a partir desta premissa que, no âmbito deste programa, se identificaram seis barreiras a ultrapassar (Bienkowsky 2014). Uma das barreiras situa-se ao nível das lideranças, patente na ausência de um compromisso mais activo por parte de directores de museu e do pessoal sénior.

Outra barreira refere-se ao conflito de agendas aparentemente contraditórias, ou seja, a percepção de que uma estratégia que tem por objectivo gerar receitas através do aumento do número de visitantes não é compatível com uma estratégia que aposte no envolvimento e participação de grupos e/ou comunidades.

Acresce a atribuição restrita da responsabilidade do trabalho com grupos e/ou comunidades a só uma pessoa, cargo ou departamento, em detrimento de uma abordagem que implique a responsabilidade partilhada, ou seja, o envolvimento do museu como um todo.

Identificou-se também que, do ponto de vista da escolha dos parceiros, os museus tendem a relacionar-se com aquelas organizações que consideram “seguras”, isto é, aquelas que não obrigam a sair da sua zona de conforto, o que nem sempre corresponde à realidade do meio social e associativo envolvente, quase sempre mais diverso.

A resistência dos profissionais de museus ao trabalho com grupos e/ou comunidades, quer de forma mais consciente ou inconsciente, foi outra das dificuldades encontradas, tendo sido apontado também a falta de competências para lidar com diferentes grupos e/ou comunidades.

Uma última barreira prende-se com a constatação de uma postura mais passiva por parte dos museus que decorre, por um lado, da actual situação conjuntural de maiores dificuldades financeiras e que é alimentada também por outros receios ligados ao estatuto profissional e às competências. Concluiu-se que estes factores somados impedem uma maior capacidade dos museus em arriscar.

As conclusões a que chegou no contexto do programa *Our Museum* mostram claramente um ponto de viragem inovador na forma de olhar a questão. Sendo a participação desejável, esta implica necessariamente uma transformação das organizações e uma actualização das competências dos profissionais. As limitações elencadas podem, assim, oferecer aos museus um ponto de partida para reequacionar estratégias de actuação futuras. Ao cruzarmos o percurso da participação no contexto do aprimoramento dos instrumentos políticos de governação com a partilha de autoridade no campo dos museus e do património, foi possível demonstrar a transversalidade que o tema suscita sobre o papel da cidadania na construção da sociedade contemporânea.

Referências

- Allegretti, Giovanni, e Carsten Herzberg. 2004. "El 'Retorno de las Carabelas': Los Presupuestos Participativos de América Latina en el Contexto Europeu." *Transnational Institute y Fundación de Investigaciones Marxistas* 5: 1–28.
- Anderson, Gail, ed. 2004. *Reinventing the Museum: Historical and Contemporary Perspectives on the Paradigm Shift*. Lanham: AltaMira Press.
- Avritzer, Leonardo. 2006. "New Public Spheres in Brazil: Local Democracy and Deliberative Politics." *International Journal of Urban and Regional Research* 30 (3): 623–37.
- Baiocchi, Gianpaolo. 2005. *Militants and Citizens: The Politics of Participatory Democracy in Porto Alegre*. Stanford, CA: Stanford University Press.
- Bienkowsky, Piotr. 2014. *Communities and Museums as Active Partners: Emerging Learning from the "Our Museum" Initiative*. [London]: Paul Hamlyn Foundation.
- Bobbio, Luigi. 2006. "Dilemmi della Democrazia Participativa." *Democrazia e Diritto* 4: 7–26.
- Bodo, Simona. 2009. "Introduction to Pilot Projects." In *Museums as Places for Intercultural Dialogue: Selected Practices from Europe*, editado por Kirsten Gibbs, Margherita Sani, e Simona Bodo, 26–30. Dublin: MAP for ID Group.
- Camacho, Clara Frayão. 1999. "Renovação Museológica e Génese dos Museus Municipais da Área Metropolitana de Lisboa: 1974–90." Dissertação de mestrado em Museologia e Património, Universidade Nova de Lisboa.
- Carvalho, Ana. 2015. "Decifrando Conceitos em Museologia: Entrevista com Mário Caneva Moutinho." *Museologia & Interdisciplinaridade* 4 (8): 252–69.
- Conselho da Europa. 2005. *Convenção-Quadro do Conselho da Europa Relativa ao Valor do Património Cultural para a Sociedade*. Faro: Conselho da Europa.
- Cornwall, Andrea. 2001. *Beneficiary, Consumer, Citizen: Perspectives on Participation for Poverty Reduction*. Gothenburg: Sida Studies 2.
- Cornwall, Andrea. 2008. "Unpacking 'Participation': Models, Meanings and Practices" *Community Development Journal* 43 (3): 269–283.

- De Gaulejac, Vincent de. 2005. *La Société Malade de la Gestion: Idéologie Gestionnaire, Pouvoir Managériale et Harcèlement Social*. Paris: Seuil.
- Desvallées, André, e François Mairesse, eds. 2013. *Conceitos-Chave de Museologia*. Tradução de Bruno Brulon Soares e Marília Xavier Cury. São Paulo: Armand Colin e Conselho Internacional de Museus (ICOM).
- Falanga, Roberto. 2013. "Participation and Public Sector: A Democratic Challenge." *Universitas Humanas* 10 (2): 11–20.
- Falanga, Roberto. 2014a. "Changes Need Change: A Psychosociological Perspective on Participation and Social Inclusion." *Rivista di Psicologia Clinica* 2: 24–38.
- Falanga, Roberto. 2014b. "Participação e Regras do Jogo: Para um Paradigma da Complexidade." *Universitas Humanas* 11 (2): 49–58.
- Falanga, Roberto. 2015. "Desafios e Horizontes da Participação Cívica nas Políticas Públicas." In *Ambiente Território e Sociedade: Novas Agendas de Investigação*, editado por João Ferrão, e Ana Horta, 197–203. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Filipe, Graça. 2000. "O Ecomuseu Municipal do Seixal no Movimento Renovador da Museologia Contemporânea em Portugal (1979–1999)." Dissertação de mestrado em Museologia e Património, Universidade Nova de Lisboa.
- Fishkin, James S. 2009. *When the People Speak: Deliberative Democracy and Public Consultation*. Oxford: Oxford University Press.
- Freire, Paulo. 1996. *Pedagogy of the Oppressed*. London: Penguin.
- Fung, Archon. 2006. "Varieties of Participation in Complex Governance." *Public Administration Review Special Issue: Collaborative Public Management* 66: 66–75.
- Galla, Amareswar. 2008. "The First Voice in Heritage Conservation." *International Journal of Intangible Heritage* 3: 10–25.
- Gaventa, John, e Gregory Barret. 2010. "So What Differences Does it Make? Mapping the Outcomes of Citizen Engagement" *Working Paper*, Institute of Development Studies, Development research Centre Citizenship, Participation and Accountability 347: 1–72

- Kreps, Christina. 2009. "Foreword." In *Museums as Places for Intercultural Dialogue: Selected Practices from Europe*, editado por Simona Bodo, Kirsten Gibbs, e Margherita Sani, 4–5. Dublin: MAP for ID Group.
- Lynch, Bernadette. 2015. "Our Museum": *A Five-Year Perspective from a Critical Friend*. [London]: Paul Hamlyn Foundation.
- Lorente, Jesús-Pedro. 2003. "La 'Nueva Museología' ha Muerto, Viva la 'Museología Crítica'!" In *Museología Crítica y Arte Contemporáneo*, editado por Jesús-Pedro Lorente, e David Almazán, 13–25. Zaragoza: Prensas Universitarias de Zaragoza.
- Mensch, Peter van, e Léontine Meijer-van Mensch. 2011. *New Trends in Museology*. Celje: Museum of Recent History Celje.
- OECD. 2009. "Focus on Citizens: Public Engagement for Better Policy and Services". Public Governance and Territorial Development Directorate. [s.l.]: Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD).
- Pearce, Susan. 2013. "Afterword: A View from the Bridge in Conversation with Susan Pearce." In *Museums and Communities: Curators, Collections and Collaboration*, editado por Viv Golding, e Wayne Modest, 275–284. London: Bloomsbury.
- Santos, Boaventura de Sousa, ed. 2003. *Democratizar a Democracia: Os Caminhos da Democracia Participativa*. Porto: Edições Afrontamento.
- Simon, Nina. 2010. *The Participatory Museum*. Santa Cruz, Calif.: Museum 2.0.
- UNDESA. 2007. "7th Global Forum on Reinventing Government Building Trust in Government. Public Administration and Democratic Governance: Governments Serving Citizens." Vienna, Austria 2007/06/26–29. New York: United Nations.
- UNDP. 1993. *Human Development Report*. Oxford: Oxford University Press.
- UNDP. 1997. *Governance for Sustainable Human Development*. New York: United Nations Development Programme (UNDP).
- UNESCO. 2003. *Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial*. Paris: UNESCO.
- UNESCO. 2015. *Recomendação Relativa à Protecção e Promoção dos Museus e das Colecções, da sua Diversidade e do seu Papel na Sociedade*. Paris: UNESCO.